**DECLARAÇÃO DE IMPORTÂNCIA**

Este artigo trata-se de estudo inédito sobre a tramitação legislativa e as articulações ocorridas entre intelectuais, políticos e militantes durante o processo de institucionalização dessa legislação da “remição pelo estudo”, que se vincula, paralelamente, ao fortalecimento das políticas educacionais para o sistema penitenciário.

Por isso, espera-se que o mapeamento sobre o processo no Congresso Nacional, aliado à análise do mecanismo jurídico (remição), criado por meio do Projeto de Lei Complementar 265/2006, aprovado no parlamento, que deu origem à lei n.º 12.433/2011, obtenha impacto científico e promova o interesse dos leitores. Cabe ressaltar, ainda, que o estudo demonstra as especificidades da lei, que dispõe ao condenado ou processado, a possibilidade de deduzir um dia de aprisionamento a cada doze horas de estudo, mediante a escolarização.